

A igreja do Brasil e o plano de emergência - 1952/1962*

Euclides Marchi
Universidade Federal do Paraná

Resumo

Nas décadas de 1950 e 1960 ocorreram transformações significativas na Igreja Católica em nível mundial. Em 1958 morria Pio XII e o papado era ocupado por de João XXIII. Com ele, o mundo católico era instigado a repensar a inserção da Igreja na sociedade contemporânea e rever suas teses sobre a ação pastoral, a justiça social e as condições de vida dos pobres. A encíclica *Mater et Magistra* provocou um impacto no pensamento católico oficial, desestabilizando estruturas e comportamentos. No Brasil, o episcopado aderiu ao *arejamento joanino* e respondeu com medidas concretas aos apelos do

Abstract

Word-wide, significant transformations happened to the Catholic Church in the 50's and 60's. In 1958, Pio XII died and John XXIII took over the papacy. With him, the Catholic world was incited to reconsider the insertion of the Church in the contemporary society and to review its theses on the pastoral action, social justice and the living conditions of the poor. The encyclical *Mater et Magistra* caused an impact in the official catholic thought, destabilizing structures and behaviors. In Brazil, the episcopate adhered to John's *Refreshment* and it answered with solid measures to the Pope's

* The church of Brazil and the emergency plan - 1952/1962

papa. Aprovou o "Plano de Emergência para a Igreja do Brasil", cuja principal contribuição seria a proposta de uma Pastoral de conjunto. A renovação diocesana e paroquial, bem como a ação dos leigos na Igreja foram temas amplamente debatidos e contribuíram para estabelecer uma co-responsabilidade entre clero e leigos na execução do projeto de pastoral de conjunto e nas relações entre Igreja e sociedade.

requests. Being the "Emergency Plan for the Brazilian Church" approved; its main contribution would be the proposal of a Joint Pastoral. The diocesan and parochial renewal as well as the actions of secular people towards the Church were well discussed subjects. They contributed to the establishment of a co-responsibility between the secular people and the clergy in the execution of the project for the Joint Pastoral and in the relation between Church and Society.

Palavras-chave: Igreja Católica, Plano de Emergência, Pastoral de Conjunto, Episcopado Brasileiro, Arejamento Joanino.

Keywords: Catholic Church, Emergency Plan, Joint Pastoral, Brazilian Episcopate, John's Refreshment.

I - O enfrentamento de um novo dilema - o capitalismo

Quase um século se passara desde que Pio IX, em 1870, condenara o mundo moderno. Mesmo assim, a Igreja Católica ainda não superara o trauma decorrente das idéias propostas pela modernização do mundo ocidental. Ao longo de décadas, afirmara e ratificara suas posições condenatórias ao seu principal inimigo, o modernismo. Em 1937, Pio XI consolidava aquele pensamento com a publicação da encíclica *Divini Redemptoris* lançando o mais cabal anátema contra o comunismo, considerando-o como intrinsecamente perverso, e como tal, era inimigo da Igreja e de todo o gênero humano. Após a segunda Guerra Mundial, o pensamento papal era compartilhado por grande parte do mundo ocidental, que desencadearia uma férrea campanha contra o perigo que vinha do leste.

O mundo contemporâneo defrontava-se com alguns problemas que

assumiam dimensões alarmantes, preocupando os analistas das questões sócio-econômicas, quer fossem pessimistas quer otimistas; era o mundo da fome, da doença, da promiscuidade, da morte e da ignorância, das guerras regionais, da concentração das posses, da explosão das revoltas, da degradação da vida e inúmeras outras situações cuja lembrança contribuiria para ampliar o painel das dificuldades e da degeneração geral da civilização humana. Apesar da dimensão mundial das dificuldades, o terceiro mundo era a parte do planeta que vivia com mais intensidade aquela “dramática” situação. As estatísticas mostravam que, de um lado o desenvolvimento tecnológico criava condições para o aumento da produção e facilitava a vida de parte da população, de outro havia um “assustador” crescimento da pobreza e das dificuldades de sobrevivência.

Sob o domínio de um discurso da ordem (re)estabelecida como resultado da vitória das democracias sobre as ditaduras, do capitalismo sobre o socialismo, do liberalismo sobre o comunismo e a defesa do estado de bem estar das sociedades ocidentais, escondia-se ou escamoteava-se uma profunda desordem entre os povos e as sociedades. Desordem essa que podia ser visualizada pelo grau de degradação das condições de vida e pela generalização da miséria entre as comunidades subdesenvolvidas.

No entanto, se o comunismo era ainda o grande inimigo, desconfianças em relação ao capitalismo, também transpunham os muros da Sé romana. Desde Pio IX, passando por Leão XIII, Pio X, Pio XI e chegando até Pio XII, as principais encíclicas papais faziam alusões constantes aos males do capitalismo. Embora não se observassem ataques diretos e frontais, já não era possível silenciar ou acobertar os desmandos e as desigualdades sociais, atentatórias a toda a humanidade. Muito embora essas desigualdades nem sempre fossem vistas como elementos definidores da sociedade européia, nos países do “terceiro mundo” já não se suportava com facilidade o impacto do esbanjamento em detrimento da miséria e da crueldade da vida que atingia parte significativa da população.

A pobreza que dizimava contingentes da humanidade obrigava a Igreja Católica Romana a rever sua concepção de ordem social e econômica. A desordem sócio-econômica provocada por um sistema que se sustentava numa desenfreada busca de riqueza, de lucro e do bem-estar

material sem limites, inquietava as autoridades eclesiásticas. Constatavam elas que a conjuntura gerada pelo liberalismo sem parâmetros, definitivamente, colocava em risco a instituição católica e afetava a religiosidade das populações. Perturbava-se o episcopado com o predomínio do econômico sobre o moral, o material sobre o espiritual. Ambos provocavam estragos na visão sobrenatural da existência humana. A crueza das divisões sociais, das desigualdades, dos efeitos da pobreza na vida e na espiritualidade das pessoas motivaram a hierarquia a programar novas ações e a implantar práticas sociais e pastorais que, embora inicialmente tímidas e cuidadosas, revelavam a descoberta de um outro e perigoso inimigo: O capitalismo.

A partir do final dos anos cinquenta, um novo discurso era construído. De forma clara e explícita, a instituição manifestava-se sobre as condições de vida das populações de muitos países, resultantes da estrutura social fundada no modelo de desenvolvimento capitalista. E, se desde a *Rerum Novarum* de Leão XIII em 1891, a suprema autoridade eclesiástica criticava as seqüelas provocadas pelo capitalismo liberal, foi na década de 1950 que o egotismo capitalista passou a sofrer críticas contundentes, apontando claramente a mudança de posição da Igreja em relação a ele.

A questão social, centrada mais especificamente na questão operária, era recorrente nos discursos e documentos papais, desde Leão XIII. Lucien Pelissier, em seu texto "A Igreja e as Classes Sociais" ressalta que Pio XII, em sua radiomensagem ao *Katholikengad* de Viena, já assinalara que "a questão operária é a miséria do proletariado e o dever de elevar essa classe, abandonada sem defesa ao sabor da conjuntura econômica, à dignidade das outras classes, dotadas de direitos precisos"¹.

Ficava evidente aos pastores da Igreja a situação desumana a que estavam submetidos os trabalhadores especialmente quanto às condições de trabalho, de salário e de vida.

Antes dele, Pio XI, em 1922, na encíclica "Ubi arcano Dei" reprovava as atitudes de operários e patrões: uns por sua avidez em adquirir os bens temporais e outros por sua tenacidade em conservá-los, ambos

¹ PELISSIER, L. A Igreja e as classes sociais. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 21-22, p. 105-106, 1968.

pela ambição de possuir e comandar. Em outra encíclica - “Quadragésimo ano”, de 1931, ressaltava:

“As classes pecam, todas as duas, igualmente, contra a santa lei: tanto a classe dos ricos, quando, desligada por sua fortuna de toda a solicitude, considera perfeitamente regular e natural um estado de coisas que lhe proporcione todas as vantagens, sem nada deixar ao operário; a classe dos proletários quando exasperada por uma situação que fere a justiça, e muito exclusivamente preocupada em reivindicar os direitos dos quais tomou consciência, reclama para si a totalidade do produto que ela declara ter saído inteiramente de suas mãos”².

Evidentemente, a Igreja, pelo discurso dos papas, apelava para valores morais, para a justiça e condenava os egoísmos, entre outros como fatores da exploração entre os possuidores e os despossuídos. Porém nada fazia supor que nesse discurso insinuava-se a adoção da violência como alternativa para a solução das diferenças. No entanto, reconhecia que a sociedade não era um corpo harmonioso e era preciso que todos se empenhassem e cooperassem para o bem comum. Era a tese da diversidade e da complementaridade sem antagonismos.

Pio XI insistia nessa tese destacando que:

“Uma verdadeira colaboração de todos, em vista do bem comum, não se estabelecerá senão quando todos tiverem íntima convicção de serem membros de uma grande família e filhos de um mesmo Pai celeste, de não formarem senão um só corpo no Cristo, do qual eles são, reciprocamente, os membros, de modo que se um sofre, todos sofrem com eles”³.

² PIO XI: Quadragésimo ano. In: PELISSIER, L. *A Igreja e as Classes Sociais*. Revista Civilização Brasileira, n. 21-22. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1968. p. 107.

³ *Ibidem*. p. 109.

O papa acrescentava que os ricos deveriam dar provas de caridade, acolhendo com benevolência as reivindicações dos proletários, pedindo desculpas e perdoadando os erros e faltas dos trabalhadores. Estes, por sua vez, deveriam renunciar aos sentimentos de ódio e de inveja que os promotores da luta de classe exploravam com tanta habilidade e deveriam aceitar, sem rancor, o lugar que a divina Providência lhes designou. Não raro defendia-se a tese de que as diferenças eram um fenômeno natural.

Cabe ressaltar que “esta concepção quase ‘mística’ da sociedade era, às vezes, de tal modo conduzida que se chegava a esquecer os corpos para pensar somente nas almas que, elas sim, evidentemente são iguais”⁴.

Na segunda metade da década de cinqüenta a Igreja, que tanto se empenhara no combate ao comunismo, vivia no seu interior, uma situação de tranquilidade ameaçadora e que, geralmente, precede momentos de intensa transformação. No dizer de J. B. Libânio,

“No final do pontificado de Pio XII (1958) (...) os movimentos inquietantes do pós-guerra tinham sido silenciados, através da condenação da Nova Teologia, do envio de Teilhard de Chardin para a China, evitando que seus escritos fossem publicados, do encerramento da experiência dos Padres Operários e do enquadramento, dentro de limites aceitáveis, da renovação litúrgica e da ação do leigo”⁵.

Naquele período, o mundo católico convivia em aceitável harmonia com Roma e o Papa mantinha-se como o grande condutor dos destinos de Igreja que se (re)afirmava como Una, Santa, Católica, Apostólica e Romana.

II - O Arejamento Joanino

Em 1958, enquanto os sinos das Igrejas de todo o mundo dobravam e a sociedade católica velava Pio XII, lamentando a morte de um grande

⁴ PELISSIER, L. *Ibidem*, p. 109.

⁵ LIBÂNIO, J.B. *Conflito Igreja-Estado. Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 29, out. 1978.

papa, a Igreja começava a viver uma das fases mais significativas de sua existência no século XX. No final da década, a instituição e os católicos seriam sacudidos pelo movimento que seria denominado por muitos de “arejamento joanino”.

Um novo olhar sobre a sociedade e os tempos modernos provocaria transformações nos comportamentos do clero e fiéis tanto no que se refere às ações pastorais quanto no procedimento dos rituais de espiritualidade. Senão a totalidade, parcelas significativas dos sacerdotes (incluindo os bispos) e dos católicos leigos seriam impelidos a uma nova conquista do mundo, a saírem das sacristias em busca das “ovelhas tresmalhadas” ou daquelas que nunca haviam pertencido ao rebanho da cristandade. Eram tempos novos que batiam à porta das dioceses e das paróquias e demandavam posicionamentos não comuns à trajetória da instituição. As questões sociais e políticas exigiam um comportamento ético-moral e demandavam um comprometimento institucional tanto dos homens de primeira linha quanto de toda a catolicidade. O mundo da política e a sociedade moderna não comportavam mais as, outrora, repetidas condenações dos pontífices romanos. Passavam a ser sujeitos da ética e da moral, ganhando espaço no umbral do Vaticano, assumindo posição central nas preocupações da Igreja. Era um novo discurso sobre a sociedade e sobre a atuação do clero. Interna e externamente a Igreja estava vivendo um processo de arejamento ou de “aggiornamento” como tanto se repetiu naquele momento.

Com esse espírito de “aggiornamento”, em maio de 1961, em comemoração ao septuagésimo aniversário da *Rerum Novarum*, João XXIII causava um impacto significativo no interior da cristandade ao publicar a “*Mater et Magistra*”; certamente uma das principais encíclicas dos pontífices romanos. A oportunidade em que vinha a público já indicava que o objetivo era recolocar o tema da questão operária, com a finalidade de expor as novas diretrizes da Igreja sobre as relações sociais capitalistas.

À medida que o mundo contemporâneo passava por uma evolução econômico-social extremamente complexa, João XXIII trazia à tona a teologia da propriedade elaborada por Santo Tomás de Aquino, constantemente retomada pelas encíclicas sociais desde Leão XIII. Os elementos motivadores dessa retomada eram o clamor e a denúncia contra a injustiça, cuja natureza decorria da miséria dos trabalhadores. As razões da injustiça estavam na existência de padrões desumanos, concorrência

desenfreada, desejo de enriquecimento a qualquer custo, usura e monopólio dos bens nas mãos de uma minoria.

Embora recorrente, sua doutrina social voltava a condenar o socialismo e o comunismo, especialmente quando colocados como remédios para as diferenças e injustiças sociais, como também atacava ao Liberalismo econômico, por sua concentração da propriedade e pelas injustiças sociais que dele resultavam.

A “Mater et Magistra” fazia uma retomada dos rumos traçados pela Rerum Novarum e pelas encíclicas papais que a precederam e tratavam das questões da doutrina social. João XXIII, foi explícito ao afirmar que:

“Nós sentimos-Nos no dever de conservar viva a chama acesa pelos Nossos grandes Predecessores e de exortar a todos a que nela busquem incentivo e luz para resolverem a questão social da maneira mais adequada aos nossos tempos. Por este motivo, comemorando de forma solene a Encíclica Leonina, comprazemo-Nos em (...) fazer uma exposição desenvolvida do pensamento da Igreja, relativo aos novos e mais importantes problemas do momento”⁶.

A encíclica fez uma longa defesa da propriedade. Mostrou, sobretudo, que o mundo e, em especial, a Igreja descobriram o subdesenvolvimento como um dos fenômenos mais preocupantes da humanidade. Algo novo determinava a necessidade de retomar com maior clareza a doutrina social: - a socialização. Essa nova realidade contribuiu para que esta encíclica se distinguisse das anteriores por sua clareza, precisão e pela preocupação com a aplicação da doutrina estabelecida a certos fenômenos recentes e mais circunscritos⁷.

Ao referir-se à socialização o texto papal destaca:

“Se a socialização se praticasse em conformidade com as leis morais indicadas, não traria, por

⁶ João XXIII. *Mater et Magistra*, (47). REB, vol. 21, fasc. 3, Set. 1961, p. 741.

⁷ CHARBONNEAU. P-E. *Da Rerum Novarum à Teologia da Libertação*. São Paulo: Ed. Loyola, 1986. p 49

sua natureza, perigos graves de vir a oprimir os indivíduos. Pelo contrário, ajudaria para que nestes se desenvolvessem as qualidades próprias da pessoa humana. Reorganizaria até a vida em comum (...) condição indispensável para a satisfação das exigências da justiça social”⁸

É interessante observar que a discussão sobre a socialização contribuiu para que fosse introduzido um tema novo no discurso papal: o mundo subdesenvolvido. Vários problemas foram a ele atrelados tais como reforma agrária, relações entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, descompasso entre o crescimento demográfico e o econômico nos países subdesenvolvidos e a solidariedade entre as nações ricas e as pobres na busca do desenvolvimento do terceiro mundo.

O conjunto dos temas abordados por João XXIII naquela encíclica abrangia as diversas áreas da atuação da Igreja, destacando-se em especial as questões relacionadas às condições de vida dos cidadãos nas relações com o Estado e no convívio entre si. Segundo ele, uma convivência ordenada e fecunda precisava da “colaboração no campo econômico e, ao mesmo tempo dos cidadãos e dos poderes públicos; colaboração simultânea, realizada harmonicamente, em proporções correspondentes às exigências do bem comum no meio das situações variáveis e das vicissitudes humanas”⁹.

À parte do texto que estabelecia o direito do cidadão aos meios indispensáveis ao sustento, ao tratamento médico, a uma educação de base mais completa, a uma formação profissional mais adequada; direito à habitação, ao trabalho, a um repouso conveniente e ao descanso, bem como o acesso aos meios de informação era mais específico e contundente que os anteriores. O papa caracterizava como “tristíssimo espetáculo” o fato de inumeráveis trabalhadores, em muitas nações viverem com um salário que os submetiam, juntamente com suas famílias, a condições de vida infra-humanas, enquanto muitos viviam no luxo desenfreado, desperdício e esbanjamento.

Tal constatação levava-o a dizer que a retribuição do trabalho não *poderia ser abandonada às leis do mercado e nem ser fixada arbitrariamente*.

⁸ João XXIII. *Mater et Magistra*. (64). Ibidem. p. 743.

⁹ João XXIII. *Mater et Magistra*. (53). Ibidem. p. 742.

mente; deveria, sim, ser estabelecida segundo a justiça e a equidade. Para isso, era necessário que o salário proporcionasse ao trabalhador um nível de vida que pudesse enfrentar com dignidade as responsabilidades familiares.

A encíclica referia-se ainda aos aspectos do ajustamento entre o progresso econômico e o social, defendendo o princípio de que todas as categorias tivessem maior participação na distribuição dos bens produzidos, e que a organização das estruturas produtivas se pautassem pelo critério da justiça e pela presença ativa dos trabalhadores nas médias e grandes empresas em todos os níveis.

Assim como se referia aos indivíduos, o documento papal também o fazia em relação aos países, zonas de progresso e as subdesenvolvidas, isto é, propunha a colaboração no plano mundial, permitindo que houvesse uma verdadeira renovação das relações de convivência na verdade, na justiça e no amor.

O arejamento joanino, no entanto não se deu apenas com a publicação da encíclica "Mater et Magistra". Impacto ainda maior foi provocado pela convocação do Concílio Vaticano II. O papa sentia que as tendências filosóficas, sociais, políticas e culturais do mundo moderno fustigavam duramente a Igreja e desencadeavam uma crise universal nunca vivida anteriormente.

Os ventos do Concílio Vaticano II sopraram forte sobre e no interior da Igreja do Brasil. Desde a separação do Estado (final do século XIX), a Igreja lutara para consolidar-se como instituição livre, autônoma e capaz de interferir nas questões políticas, nas organizações sociais e no comportamento dos indivíduos. Nesse processo, não enfrentou grandes oposições ou embates até a década de 60. Os conflitos com o Estado, com as organizações da sociedade civil e com outras instituições religiosas foram destituídos de grande importância. Todavia, o ensino religioso, as manifestações triunfalistas, a conquista de espaço no mundo do pensamento, a organização de associações (como a União Popular, a Liga Brasileira das Senhoras Católicas, a Aliança Feminina, a Congregação Mariana, os Círculos Operários, a Juventude Operária Católica, a Ação Católica) e toda a sorte de movimentos leigos foram ações de extrema importância na construção e consolidação da Instituição na ordem republicana.

Até então, seguindo as orientações da cúpula romana, a Igreja do

Brasil reagiu negativamente a qualquer tentativa de aproximação ou diálogo com os comunistas; defendeu-se dos ataques e articulou suas forças para frustrar-lhes qualquer avanço em terras brasileiras. Este foi um período cujo objetivo prioritário era reconquistar, para a Instituição, o papel de protagonista da história brasileira contemporânea. Para conseguí-lo foi necessário realizar reformas profundas e rápidas.

Desde os anos cinquenta boa parcela do episcopado e dos católicos do Brasil definia-se e identificava-se como progressista, mantinha um bom relacionamento com o Vaticano e dele recebia apoio explícito, sobretudo nas ações ligadas ao envolvimento dos leigos no movimento da Ação Católica. A presença leiga foi favorecida pela crise vocacional que causou uma carência de sacerdotes e de freiras. Durante a década de sessenta, o problema agravou-se em decorrência do número de pedidos de suspensão do ministério, provocando baixas significativas nos quadros do clero católico. A presença dos leigos, se, por um lado, explicitava as virtualidades internas da Instituição, por outro, pressionava a hierarquia a posicionar-se frente às questões econômicas, sociais e políticos que preocupavam toda a sociedade brasileira.

Para se compreender esse novo posicionamento ou reposicionamento da Igreja frente a essas questões é preciso que se explicitem as formas de compreensão e auto-compreensão do papel da Instituição e de sua missão religiosa e salvífica. Em outros termos, segundo Mainwaring (1989) “é preciso compreender os objetivos e a concepção de fé que a motiva”¹⁰. Estes podem ser entendidos por meio das definições adotadas pela instituição desde 1916, quando optou pela predominância das manifestações de caráter religioso sobre as de caráter político e social. Deu maior ênfase à missa, às orações, ao cumprimento dos princípios morais e à observância da ética católica. Condenava as maldades do mundo moderno, definido como um mundo sem caridade, sem devoção e sem cooperação. Um mundo voltado para si mesmo, apegado ao dinheiro, ao prazer, ao conforto, à luxúria e à glória vã. Era, sobretudo, um mundo que corroera a religião.

Desse posicionamento derivou a idéia de que a salvação não era estar no mundo, mas elevar-se acima dele. Os sacerdotes deveriam ser devotos e não militantes das causas sociais, ter contato com o mundo

¹⁰ MAINWARING, S. *Igreja católica e política no Brasil -1916 -1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.44

sem ser do mundo. As idéias que minavam a religião e a fé não deveriam ser transformadas ou conquistadas, mas simplesmente rejeitadas. Em síntese, a fé não exigia compromisso político. Dessa forma, “A Igreja não encarava a transformação da sociedade como sendo parte de sua missão; pelo contrário, a maioria do clero se opunha vigorosamente às grandes mudanças sociais como sendo prejudiciais à ordem cristã tradicional”¹¹. Todavia, no início da década de sessenta, com ou sem o apoio da Igreja, o pacto social sofreu ameaças de ruptura pela maior presença dos setores populares e por um forte aquecimento do debate ideológico. Havia expectativa de que o modelo sócio-político-econômico pudesse ser reorganizado na sua estrutura interna e acreditava-se na possibilidade de mudanças estruturais profundas.

Perante a ameaça de uma possível guinada para a esquerda, imediatamente as forças conservadoras católicas demonstraram uma respeitável capacidade de organização e punham na rua suas associações e agremiações de senhoras, jovens e pessoas das mais diversas camadas da população, em movimentos e marchas na defesa da Instituição, dos valores, das tradições católicas e da pátria. Estas forças articulavam uma parcela da população que temia uma possível vitória do comunismo, e opunha-se às tendências de setores do governo que simpatizavam com os movimentos de massas e com os propósitos da esquerda.

Ao eleger o comunismo como seu grande inimigo, a Igreja reproduzia também no Brasil aquilo que se passava no resto do mundo. Reconhecia nele uma capacidade de polarização e uma força capaz de atrair as massas empobrecidas das cidades e do campo e via nos comunistas uma grande capacidade de organização e de militância, constituindo-se num desafio para os católicos. Imediatamente, o episcopado conclamou os seus fiéis que, como cristãos (quase cruzados), deveriam atuar em todos os setores da vida, organizando-se para reconquistar as massas católicas disputadas e atraídas pelos adversários da Igreja. A estratégia já não se limitava ao discurso, mas à reconquista. Tratava-se de recristianizar a sociedade. Uma elite de católicos e suas associações foi recrutada para atuar de forma articulada e controlada pela hierarquia. Lutava por um catolicismo que não fosse nem de direita, nem de esquerda, mas que apresentasse uma solução católica para as questões sociais.

Desta forma, se na década quarenta a Igreja Católica no Brasil

¹¹ Ibidem, p. 54

vivera um período de relativa estagnação, com sua hierarquia priorizando a repetição de fórmulas emanadas do Vaticano, aceitas como “verdades” absolutas, transformando a pregação apologética na autodefesa, propugnando princípios aceitos pela elite tradicional, preferindo pensar-se como Instituição modelar, perfeita, divina, e contra a qual as forças do inferno jamais iriam prevalecer, contrapondo-se a um mundo corrompido, intrinsecamente mau e renitente aos ditames da Igreja. Na década de cinquenta começava um processo de mudança que redundaria numa nova autocompreensão, “comprometida com o mundo secular moderno e com os destinos dos seres humanos na terra e com a justiça social”¹².

Neste contexto, a morte do Cardeal Leme em 1942, além de significar o fim de um período da trajetória do episcopado brasileiro, também deixava-o sem uma liderança marcante e articuladora dos interesses da Igreja. A criação de um organismo que unificasse os bispos, que traçasse diretrizes para o tratamento dos complexos problemas sociais e definisse os rumos da ação católica no Brasil era uma exigência premente. Em 1952, concretizava-se o sonho do Dom Helder Câmara: fundar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Dom Helder recebeu a adesão de outros preladados que viam na Conferência um instrumento de ação conjunta.

Nos primeiros dez anos de existência da CNBB, somavam-se ao grupo dos bispos fundadores, outros, promovidos ao episcopado nesse período. Partilhando das mesmas idéias e preocupações, gradativamente, passariam a coordenar as linhas mestras da orientação da CNBB, garantindo à Igreja um lugar de destaque na diretriz das reformas sociais. Nascia um trabalho planejado e coordenado em âmbito regional e nacional. A Conferência, aos poucos, passava a falar em nome de toda a cristandade brasileira. No final da década, o apelo de João XIII por uma pastoral de conjunto consolidava as teses dos bispos e firmava a CNBB como entidade máxima da Igreja do Brasil.

Já na década de cinquenta, o discurso da Igreja identificava a divisão da sociedade em classes e sua articulação com o capitalismo. Nos escritos oficiais aparecia “o peso das cadeias que a prendiam ao capitalismo no qual se apoiava e pretendia desfazer esta vinculação para falar

¹² Ibidem, p.62

¹³ PRANDINI, F. et alii (org.). *As relações Igreja-Estado no Brasil*. v. 1. São Paulo: Ed. Loyola, 1986. p. 11.

com independência necessária, particularmente em face das organizações operárias cada vez mais fortes¹³. Todavia, ela, como Instituição, não propunha modificações de ordem estrutural e não se envolvia nas lutas internas. Limitava-se apenas a defender a melhoria das condições de vida do trabalhador em geral.

Nesse primeiro momento o discurso estava marcado por um cuidadoso, e até certo ponto simplista, posicionamento institucional. Seu pensamento pode ser resumido no esforço de promoção humana e social, por meio do qual se chegaria às reformas capazes de melhorar as condições de vida e de trabalho. Uma nova ordem social seria conseguida pela conscientização sobre a necessidade de reformas estruturais (agrária, educacional, tributária, empresarial).

Tais manifestações ainda eram circunstanciais e refletiam posicionamentos regionais. Se o combate ao comunismo, por ser materialista, individualista e difusor da luta de classes, unificava o episcopado, o capitalismo também passava a ser combatido com manifestações diferenciadas, indo desde aquelas que o consideravam mau em seu funcionamento até as que o classificavam como tão nocivo quanto o comunismo. O discurso não expressava a unanimidade do episcopado; determinados temas, como por exemplo a reforma agrária, suscitavam visíveis discordâncias entre os prelados.

Todavia, embora revelando certa dificuldade em perceber o caráter intrínseco dos problemas sociais, o episcopado passava a se manifestar contra as condições de vida dele decorrentes, na qualidade de legítimo representante da instituição. E se suas análises, num primeiro momento, nem sempre conseguissem superar as explicações fragmentadas e não refletissem uma compreensão da realidade social de forma sistêmica e reveladora da essência do capitalismo, contribuíam para dar publicidade aos desmandos do capitalismo e forçar o Estado e os governantes a rever o modelo de desenvolvimento adotado.

No entanto, observa-se que algo de novo ocorria no interior da hierarquia católica. Até mesmo os bispos mais conservadores já não acreditavam que o crescimento econômico resolveria os problemas sociais. E se, de um lado, os reformistas se preocupavam com os exageros do capitalismo, do outro, os progressistas pensavam em transformações mais radicais, ambos incorporaram aos documentos oficiais muitas das críticas ao capitalismo.

III - O “plano de emergência para a igreja católica do Brasil”

No início da década de sessenta, a Igreja do Brasil viveu um dos momentos mais significativos de sua história. Respondia positivamente aos apelos do papa João XXIII que, em 1958, recomendava aos bispos da América Latina um planejamento pastoral coordenado e tecnicamente preparado. Assim:

“Onze dias depois da coroação como Papa, dirigindo-se aos membros do Conselho Episcopal Latino-americano, falando sobre as formas de promover a renovação espiritual no Continente, ele sugeriu: - uma clara visão da realidade; - um plano de ação realista, previdente quanto aos fins, racional quanto aos meios, catalisador de forças, no respeito às legítimas liberdades; - corajosa e perseverante execução do plano, com revisões que o adaptem às novas situações; - larga colaboração com todas as forças que desejem ajudar a América Latina”¹⁴.

A recomendação repetia-se no discurso dirigido ao CELAM na reunião em 15 de novembro de 1959, “manifestando o desejo de que se elaborasse um plano de pastoral adequado à realidade da América Latina, que traçasse metas e congregasse os esforços pastorais com vistas a uma “mobilização geral da Igreja” no continente”¹⁵.

Em carta dirigida ao Episcopado Latino-americano em dezembro de 1961, o papa voltava a insistir na elaboração de um plano de trabalho para a Igreja da América Latina, plano esses que atendesse às condições vividas pela Igreja neste continente e que indicasse as medidas a serem tomadas a curto e longo prazos, no campo específico da ação pastoral e também no econômico-social.

João XXIII, em sua carta, era explícito quanto ao trabalho que

¹⁴ REGAN, D. *Igreja para a libertação. Retrato pastoral da Igreja no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986. p. 219

¹⁵ PIERUCCI, F. et alii. *Igreja Católica: 1945-1970*. Fausto Boris. HGCB. Tomo III, O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1984. p. 361.

deveria ser executado pelas autoridades latino-americanas. Dizia ele:

*“A vós todos, exortamos vivamente a que ponhais em prática tudo o que está ao vosso alcance, em conformidade com a vossa missão e segundo as vossas possibilidades de pastores de almas, a fim de prevenir os fiéis, a vós confiados, das insídias que os ameaçam. Por isso, iluminai suas mentes. (...) Cuidai, pois, com maior esmero, de alimentar o espírito daqueles sobre quem exerceis a missão de pais e mestres, com o seguro ensinamento do Evangelho e de o ilustrar com o magistério da Igreja”.*¹⁶

O papa também insistia na necessidade de revigorar os fiéis na vida da graça por meio de “uma vida eucarística intensa e de uma frequência consciente vivida dos Santos Sacramentos”¹⁷. Acrescentava:

*“Mantendo nos fiéis o entusiasmo da sua fé, convidando-os a colaborar convosco, com os sacerdotes, com os religiosos e religiosas, no trabalho do apostoiado, especialmente incorporando-se nas fileiras da Ação Católica e promovendo-a! Eles sentir-se-ão, deste modo, parte viva e operante da Igreja, e distribuídos em setores bem organizados, experimentarão, sem dúvida, as delícias de serem úteis ao bem religioso e moral de suas pátrias”*¹⁸

A mensagem pontificia reforçava a necessidade dos prelados mostrarem aos governantes e a todas as autoridades a urgência das reformas que solucionassem “os graves e múltiplos problemas de caráter civil, social e econômico que neste momento angustiam os governantes de vossas Nações e que tanto reclamam a atenção dos homens responsáveis pelos destinos da Humanidade”¹⁹. Finaliza seu pensamento dizendo que:

¹⁶ Carta de João XXIII ao Episcopado da América Latina. REB, vol. 22, fasc. 2, junho de 1962. p. 461.

¹⁷ Idem, ibidem. p. 462.

¹⁸ Idem, ibidem. p. 462.

¹⁹ Idem, ibidem. p. 462.

“Nenhum edifício social pode ser solidamente construído se não tiver por fundamento o respeito aos princípios morais e aos preceitos da Lei de Deus. (...) Procurai difundir, cada vez mais, a doutrina cristã sobre os problemas sociais e estimular os fiéis - particularmente os que tem maior responsabilidade - a realizá-la, evitando que se deixem enganar pelas doutrinas e opiniões falazes, não menos nocivas ao bem-estar e liberdade dos povos, como também aos supremos interesses das almas e que dêem azo aos inimigos da Igreja para acusá-la de que se preocupa das necessidades temporais dos homens”²⁰.

A carta de João XXIII teve repercussão imediata no Brasil e a CNBB interpretou sua mensagem como uma ordem e uma tarefa para toda a Igreja. Em 1962, ao completar dez anos, sentia-se em condições de propor um plano para toda a nação brasileira. O episcopado brasileiro reunido na V Assembléia Geral Ordinária da CNBB, no primeiros dias de abril de 1962, com a presença de 135 bispos, representando 166 Circunscrições Eclesiásticas, 12.000 sacerdotes, 4.000 religiosos leigos, 35.000 religiosas, 25.000 seminaristas, 4.500 paróquias e todos os católicos do Brasil²¹ discutia e aprovava o “Plano de emergência para toda a Igreja do Brasil”. Por meio dele, o episcopado pretendia garantir uma presença vital da Igreja na sociedade brasileira, propondo não apenas salvar as almas como também libertar a Nação das ameaças do comunismo, das concepções desagregadoras da família, da mentalidade laica que predominava entre os governantes do país, do egoísmo e do lucro defendidos pelo liberalismo econômico, responsável pelos crescentes desequilíbrios sociais²².

Para o episcopado, o ponto de partida eram os confrontos e desafios da realidade:

²⁰ Idem, ibidem. p. 462.

²¹ CNBB. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. Caderno CNBB, nº 1. Rio de Janeiro: Liv. Dom Bosco, 1963. p. 6.

²² Idem, ibidem. p. 6.

“Somos solícitos no combate ao comunismo, mas nem sempre assumimos a mesma atitude diante do capitalismo liberal. Sabemos da existência da ditadura do Estado marxista, mas nem sempre sentimos a mesma ditadura esmagadora do econômico ou do egoísmo nas estruturas atuais que esterilizam nossos esforços de cristianização”²³.

Fazia ainda uma Convocação solene de todas as forças da Igreja para um renovado esforço pastoral que congregasse sacerdotes, religiosos e leigos e atingisse todas as almas, não somente aquelas ovelhas dóceis, mas sobretudo as arredias e tresmalhadas para as quais não faltava senão um convite e uma oportunidade para que se integrassem ao rebanho da Igreja. Para os bispos, “A ação pastoral, levando às almas a palavra de Deus e os sacramentos e vitalizando a participação dos fiéis na vida litúrgica da Igreja é a base de tudo o mais: é a ação própria e primeira da Igreja, que daí caminhará para o exercício de suas responsabilidades no campo social e econômico”²⁴. No dizer de Luiz Alberto Gomes de Souza,

“Começa a experiência de uma ‘pastoral de conjunto’, onde a realidade econômica e social se faz sentir. Há uma boa dose de reação diante do comunismo (‘às autoridades incumbe deter a agitação vermelha’, dirão os bispos em julho do mesmo ano), mas ao mesmo tempo tem plena consciência de que ninguém desconhece o clamor das massas que, martirizadas pelo espectro da fome vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero”²⁵.

O medo do comunismo acentuou-se porque no mesmo período em que João XXIII recomendava a necessidade de renovação, ocorria a revolução cubana, que atemorizou os bispos de toda a América Latina. Numa segunda convocação, citando João XXIII, os bispos conclamavam “os homens de todas as classes a realizarem no mundo do trabalho, dos

²³ Idem, *ibidem*, p. 10.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 7.

²⁵ SOUZA, L. A. de. *A JUC: Os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.67.

negócios e das profissões as diretivas da doutrina social da Igreja. Fugindo do nivelamento liberticida pregado pelo marxismo, não se caia no egoísmo, na cobiça e na desumana indiferença que caracteriza o capitalismo liberal”²⁶.

No conjunto dessas preocupações, o Plano era um passo na direção do planejamento da pastoral no Brasil e revelava a maturidade que a CNBB atingira em dez anos de existência. À proposta de ação pastoral vinculava-se também um quadro de ações no campo econômico e social.

Esse esforço era parte do discurso que estava sendo construído como preparação para o Concílio Plenário Vaticano II, anunciado para 1962. O Plano de Emergência não era um plano de longo prazo, mas procurava colocar a Igreja do Brasil à altura das circunstâncias excepcionais vividas pela nação Brasileira. Mesmo sem ter um diagnóstico preciso da realidade católica e social, os Bispos afirmavam que:

“Aplica-se ao Brasil o que disse o Santo Padre quanto aos quatro perigos mortais para a América Latina: o naturalismo que leva até cristãos a não terem, muitas vezes, a visão cristã da vida; o protestantismo que tenta entre nós seu esforço máximo de expansão e se acha, de fato, em mar, montante; o espiritismo cuja difusão, nas grandes cidades, nos meios de miséria, tem ares de endemia; o marxismo que empolga as Escolas Superiores e controla os Sindicatos Operários”.²⁷

Perigos esses que exigiam da Igreja católica medidas e ações eficazes, imediatas e coletivas.

Constatava o episcopado que a forma de atuação dos católicos, das paróquias e das próprias dioceses era isolada e individualizada; a Igreja não contava com o apoio do poder público, especialmente no campo financeiro, e que, na verdade, os católicos andavam mais preocupados com os problemas sociais do que com a catequese. Ressaltavam, também, que muitos padres e até os bispos estavam mais afeitos às grandes construções e obras suntuosas do que propriamente com as questões da religiosidade de seus fiéis.

²⁶ CNBB. *Plano de Emergência*. 1963. p. 7

²⁷ *Ibidem*, p. 8

Mas a maior atenção dos bispos centrava-se nas paróquias, sobretudo porque tanto no campo quanto na cidade, os vigários não atendiam a toda a sua extensão geográfica. Mais uma vez constatavam e ressaltavam a passividade dos católicos ao assistirem a missa e sua indiferença em relação às orientações pontifícias. Lamentavam o divórcio existente entre as pregações dos membros do clero e a vida real. Observavam que: “temas e linguagem, não raro, estão longe dos interesses e do falar dos ouvintes, sobretudo nos meios humildes”²⁸.

Para os bispos era importante por o dedo em duas grandes feridas: o lugar do leigo nas atividades da Igreja e a falta de um planejamento de conjunto. A pergunta era: o que se tinha feito para compreender, orientar, ajudar, tentando a união de todos num clima que levasse a superação das crises?

Chegavam à conclusão de que a Igreja vivia em torno de realizações que, mesmo importantes e louváveis, nem sempre revelavam uma hierarquia de valores. Havia maior preocupação com a abertura de creches e patronatos e com a distribuição de alimentos, do que com a extirpação do mal pela raiz, isto é, modificar a estrutura sócio-econômica. Faltava uma estrutura administrativa que alicerçasse as iniciativas e garantisse um engajamento na realidade paroquial, diocesana, regional ou provincial.

Este diagnóstico deixava explícito que o fundamento do Plano dependia de uma organização flexível e eficiente da diocese. Reconheciam os bispos que era necessário uma revisão do seu relacionamento com os sacerdotes, religiosos e leigos, evitando mantê-los como meros executores de ordens; era preciso transformá-los em companheiros no bom combate. Assim, ficava preservada a hierarquia, elemento fundamental na organização da Igreja e desenvolver-se-ia o espírito de equipe.

Sem dúvida, as propostas do Plano de Emergência, mostravam que o episcopado propunha um programa pastoral que não deixasse de contemplar as atividades básicas internas à vida da Igreja e ao mesmo tempo contivesse as orientações oficiais relativas à projeção da Igreja no campo econômico e social. Cabe lembrar que durante a década de 1950/60, os católicos estavam abertamente divididos em relação às questões sociais e às práticas pastorais. Por essa razão, seguindo as sugestões da Santa Sé, o episcopado dividia o plano em duas partes: uma Pastoral e

²⁸ Ibidem, p. 9

Santa Sé, o episcopado dividia o plano em duas partes: uma Pastoral e outra Econômico-social. Na primeira recebiam especial atenção a Pastoral de Conjunto; a renovação Paroquial e dos Educandários e do Ministério Sacerdotal; na segunda priorizava-se o Movimento de Educação de Base; as Frentes Agrárias, a Sindicalização Rural; a eventual colaboração o com a Aliança para o Progresso, a coordenação da obras apostólicas e sociais e o treinamento de líderes.

O Plano era centralizado na CNBB e a responsabilidade pela sua execução ficava a cargo do Secretariado Geral da CNBB em íntima ligação com os Secretariados Nacionais. Três encargos básicos foram definidos:

- 1 - Organizar uma assessoria técnica, vital para a atuação das Comissões Episcopais;
- 2 - Organizar os Secretariados Regionais, incumbidos de dar à CNBB o enraizamento de que necessitava;
- 3 - Coordenar as atividades da equipe nacional do Movimento por um Mundo Melhor.

Para dar conta desses compromissos, a CNBB precisou de uma atualização constante tanto no aspecto da orientação, quanto na execução. Em primeiro lugar foi necessário um levantamento sociológico atualizado da realidade brasileira, latino-americana e mundial e da adequação das diretrizes doutrinárias ao tempo e ao espaço, atingindo os campos da fé, da moral educacional e cultural, da ordenação do apostolado da Igreja e da ação social. Em segundo lugar, para garantir uma execução adequada priorizou-se a renovação da pastoral e dos educandários, a mobilização do apostolado dos leigos e a organização de uma pastoral de conjunto.

Os bispos reconheciam que essa ação conjunta seria favorecida pela existência da CNBB. Afirmavam que, "Se tem deficiências graves a nossa conferência, ela é, sem dúvida, um marco na história da Igreja no Brasil. Se muito temos de caminhar ainda, certo que, em 10 anos, muito Deus nos permitiu caminhar, na linha do conhecimento mútuo, da compreensão e da estima fraternas"²⁹.

Reconheciam que sem um elo de ligação entre eles, a atuação dos prelados, agora em número significativamente elevado de circunscrições eclesíásticas (segundo os próprios bispos, naquele momento somente a

²⁹ CNBB. *Plano de Emergência*. p. 11

Itália superava o Brasil) seria dificultada pela situação vivida pela nação brasileira e por toda a América Latina. A CNBB também reconhecia as deficiências dos estudos sobre as condições concretas da Igreja no Brasil e a precariedade dos dados disponíveis sobre pastoral e demais ações da Igreja. Para poder atuar com maior segurança criava o CERIS (Centro de Estudos Religiosos e Investigações Sociais), encarregado de realizar estudos sobre a realidade brasileira dentro de uma perspectiva realista e cristã. O Plano atribuía às Comissões Episcopais (uma das divisões da CNBB) a incumbência de traçar, para os seus domínios respectivos, diretrizes doutrinárias, adaptadas à contemporaneidade e ao meio brasileiro.

Na sua essência do Plano estava fortemente marcado pelo tema da Pastoral, em especial a pastoral de conjunto. A Igreja sentia a necessidade de um projeto que refletisse as orientações coletivas do episcopado, isto é, que estabelecesse uma prática que compreendesse, ajudasse e orientasse na busca da união de todos. Nela, a paróquia era o ponto de inserção dos homens na Igreja e constituía a base de toda a ação pastoral. Para isso estabeleciam alguns princípios básicos da renovação Paroquial: Em primeiro lugar a diocese era definida como a unidade fundamental da ação pastoral e a paróquia era, antes de tudo, uma comunidade de fé, culto e caridade. O pároco era o chefe da comunidade e os sacerdotes colaborariam com ele como educadores dos militantes leigos, engajados na construção do temporal. Os leigos assumiriam a iniciativa e a plena responsabilidade das tarefas temporais e teriam no pároco e nos sacerdotes os educadores com a função de orientar, santificar e dirigir suas consciências na realização das tarefas que lhes eram próprias. A renovação paroquial dependeria do pároco, do seu conhecimento da realidade e de sua capacidade de explorar a potencialidade da paróquia. Alguns instrumentos foram apontados: valorização da pregação, catequese movimento bíblico, movimento litúrgico, ação católica especializada, associações de todos tipos e movimentos como o familiar cristão e o das vocações sacerdotais.

Naturalmente o conhecimento dos detalhes da paróquia implicava no levantamento demográfico, econômico e religioso, bem como a identificação das diversas comunidades paroquiais.

A renovação paroquial levaria à renovação diocesana. Com isso, além de se criar uma mentalidade supra-paroquial reunir-se-ia o clero

em torno dos mesmos ideais e todos congregar-se-iam em torno do bispo. A diocese assumia um papel central no sentido de garantir a seus sacerdotes as condições de plena realização de sua vocação sacerdotal.

A renovação sacerdotal representava também um mergulho da Igreja em si mesma e o repensar a situação dos seus sacerdotes, que era bastante grave, exigindo deles verdadeiros heroísmos. A Igreja apresentava dados que demonstravam a carência numérica e, além disso, apontavam para problemas de isolamento, atuando, cada qual como franco atirador, sem um plano de ação conjunta. Disso resultava uma variedade de comportamentos que iam do pessimismo ao conformismo, do ativismo à angústia. Por isso, o Plano previa um conjunto de ações com o objetivo de ajudar os padres a atualizarem e aperfeiçoarem seu conhecimento do Antigo e Novo Testamentos, desenvolverem seu potencial de pastores junto a suas comunidades de culto.

Da renovação diocesana e paroquial decorria o Plano para os leigos e para as religiosas. Neste contexto os educandários católicos desempenhariam papel de extrema relevância. Por meio deles seria possível ter acesso às famílias. Educadores, educandos e familiares formariam uma síntese perfeita para a penetração dos princípios da Igreja na sociedade. A escola, ao mesmo tempo em que ensinava, deveria desenvolver um verdadeiro espírito missionário e apostólico. Papa, Bispos, padres e fiéis - todos formando a Igreja. Era o princípio do conhecimento científico articulado ao conhecimento do sobrenatural formando um binômio capaz de conduzir a todos no bom caminho. Era a formação intelectual e religiosa que estaria sob controle da Igreja.

Finalmente, para fechar a primeira parte do Plano propunha-se uma pastoral de conjunto: um esforço planejado e global visando a evangelização de áreas da Igreja Católica. Planejar significava superar a situação de isolamento que, no mínimo, se tornava perigosa para as atividades da Igreja. Era uma reação contra o individualismo e a favor da valorização do social e da comunidade. Buscava-se uma pastoral de conjunto fundamentada na doutrina teológica do Corpo Místico de Cristo. Todos eram membros desse corpo e, portanto, co-responsáveis pela solução dos problemas contemporâneos.

A pastoral de conjunto exigia, sobretudo, espírito de equipe. Bispos, sacerdotes, religiosos e leigos engajados na mesma luta. Com esse envolvimento os problemas seriam diagnosticados, as metas

hierarquizadas e todas as forças vivas da Igreja seriam convocadas para a recuperação da sociedade para Cristo.

Na segunda parte o Plano tratava das questões econômicas e sociais. A Assembléia dos bispos não emitiu nenhum documento específico sobre esse assunto. Todavia, com a preocupação de dar diretrizes seguras para os cristãos no campo econômico e social, a Comissão Central, na reunião 14 de julho de 1962, com a presença de três cardeais e quatro bispos, fez publicar dois importantes pronunciamentos que se somam ao que já fora antes estabelecido na Assembléia Ordinária. São eles: Declaração da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Mensagem da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Na Declaração o episcopado destacava:

“Longe de Nós querer insuflar as massas. Não podemos adiar um apelo a quantos se sintam, em consequência, responsáveis pela aflição do povo, de modo especial pela fome que decorre da impossibilidade de adquirir gêneros de primeira necessidade. Há uma ganância cega. Há um desejo imoderado de lucro, que, perante a moral cristã, continua a merecer o nome de furto”³⁰.

Os bispos não se eximiram de criticar as classes produtoras - industrial, comercial e rural - e o governo dos quais deveriam partir os exemplos de honestidade, austeridade e interesse pelo povo. Denunciavam os exploradores da miséria, especialmente os comunistas que só tinham a lucrar com o desespero, a desordem e o caos. Diziam os bispos: “As autoridades incumbem deter a agitação vermelha hábil para infiltrar-se, através dos sindicatos, na direção das greves de protesto que, imprudentemente, estão sendo estimuladas nesta hora explosiva”³¹. Na mesma Declaração saudavam:

“As Reformas de base que passaram a ser anseio de todos os responsáveis - Poderes da República, Partidos Políticos, Classes Dirigentes. Em breve sugeriremos, a propósito de Reformas tidas,

³⁰ CNBB. *Plano de Emergência*. p. 48.

³¹ Idem, *Ibidem*. p. 48

*com razão, como inadiáveis - Reforma Agrária, Reforma Tributária, Reforma Bancária, Reforma Universitária, Reforma Eleitoral, Reforma Administrativa - não indicações técnicas que nos escapam - mas diretrizes doutrinárias, aplicadas ao nosso tempo e ao nosso meio*³²

Na mesma data a Comissão Central da CNBB, levava ao Brasil uma Mensagem de esclarecimento e apelo. Nela a pobreza das massas recebera destaque, e a fome passava a ser considerada como o mais grave espectro que se abatía sobre significativa parcelada população. O discurso oficial era contundente:

*“Ninguém desconhece o clamor das massas que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero. Já não era menor nem menos grave o grau de pauperismo entre as camadas mais humildes da população. Mas os homens, conformados, por assim dizer, com a miséria, apresentavam-se impassíveis. Agora, seja pelo das sucessivas crises econômicas, políticas e sociais, que tem abalado o país, seja pela facilidade das comunicações e da divulgação das idéias e dos acontecimentos, seja pela crescente organização das classes, o povo das cidades e dos campos começa, não apenas a tomar conhecimento das verdadeiras causas dos males, como, sobretudo, a compreender que sem participação na vida das instituições e da própria sociedade, jamais será libertado do estado de ignomínia em que se encontra*³³

Ao longo de toda a Mensagem, o discurso era bastante contundente e apontava para a nova situação que se divisava em que as mesmas massas começavam a perceber que sem sua participação no processo institucional, jamais conseguiriam afastar o espectro que as rondava. A Igreja enfatizava que, como em outras épocas, jamais se abstivera de

³² Ibidem, p. 48/49.

³³ Ibidem, p. 50

clamar por uma ordem social baseada nos princípios da verdade revelada e das normas da justiça e da equidade. Todavia reconhecia que nos últimos anos a situação se agravara, com aumento da irresponsabilidade, da ganância e da frouxidão moral. O comunismo ateu explorava ativamente miséria, enquanto o capitalismo liberal, não menos ateu, se beneficiava da agitação comunista. Afirmavam os bispos que jamais houve no país um tão criminoso domínio das forças econômicas e o agravamento da situação política, econômica e social, decorria da ganância daqueles que eram insaciáveis no seu desejo de concentrar a riqueza.

A Comissão apelava, em primeiro lugar, para as forças católicas. Longe de ficar lamentando inconseqüentemente a situação, pedia para que os católicos executassem o Plano de Emergência. Apelavam, outrossim, aos poderes da República para que correspondessem às esperanças do povo, que queria um governo firme e bem orientado, inspirando respeito e obediência à lei e à autoridade. Somente assim seria possível realizar a reforma de base.

As forças produtoras também recebiam sua advertência, no sentido de compreenderem a gravidade do momento e de buscarem os verdadeiros fins da relação capital e trabalho. As famílias, os estudantes e os operários deveriam não se deixar iludir por agitadores que somente queriam o agravamento da situação e deveriam unir forças numa ação vigilante e enérgica pela restauração dos pontos fundamentais que assegurariam a estabilidade e a ordem social.

O Plano nas suas duas partes evidenciava uma postura tradicional da Igreja: a hierarquização das funções. Apesar da abertura para a ação dos leigos, do “aggiornamento” em relação às questões sociais, econômicas e políticas, todas as atividades ainda giravam em torno da figura do clero. A Igreja não abriria mão da clericalização das atividades de direção, de execução e do andamento geral do Plano. Tudo deveria estar em perfeita harmonia com as orientações dos bispos e dos sacerdotes.

A palavra do episcopado não deixava dúvidas:

“Dentro da confusão reinante em nossos dias, o apelo enérgico e paternal do Santo Padre para um Plano de Emergência nos deve levar a uma mobilização total de forças. Uma Pastoral de conjunto, dentro do exposto acima, fará somar forças, evitar desperdícios e entechos. Sob o comando do Bispo Diocesano e com a união de vistas da Hierarquia podemos andar muito e rapidamente. Para isso precisamos de um caminho e um caminho viável e certo. É o que esperamos de Deus com uma Pastoral de conjunto”³⁴.

Finalmente, se ainda havia muitas restrições, se os reais avanços ainda não eram os desejados, há que se reconhecer que o Plano de Emergência contribuiu para que o episcopado brasileiro comparecesse ao Concílio Vaticano II mais preparado e com uma visão mais clara e consistente da realidade de suas dioceses, das paróquias e dos católicos do Brasil, bem como das angústias e das dificuldades que marcavam a vida dos brasileiros.

Referências bibliográficas

IGREJA CATÓLICA. PAPA João XXIII. *Mater et Magistra*, (encíclica). Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 21, fasc. 3, Set. 1961.

IGREJA CATÓLICA. Carta de João XXIII. *O Episcopado da América Latina*. Revista Eclesiástica Brasileira, vol.22, fasc.2, junho de 1962.

CNBB. *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*. Cadernos da CNBB, nº 1, 2ª edição. Rio de Janeiro: Liv. Dom Bosco, 1963.

CNBB. Bispos. *Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil*. Revista Eclesiástica Brasileira, Vol. 22, faz. 2, junho de 1962.

IGREJA CATÓLICA. Bispos. *Pastoral Coletiva dos Cardeais, Arcebispos, Bispos e Pelados residenciais do Brasil. A Igreja ante os Problemas Atuais*. Petrópolis: Vozes, 1951.

³⁴ CNBB. *Plano de Emergência*. p. 46.

BARROS, R. C. (Pe.). *Perspectivas pastorais para o Brasil de hoje*. Cadernos da CNBB, n. 2, Rio de Janeiro: Liv. Dom Bosco, 1963.

CASANOVA, A. *Vaticano II e evolução da Igreja*. Porto: Ed. Inova, 1972.

CHARBONNEAU, P. *Da Rerum novarum à Teologia da Libertação*. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

LIBÂNIO, J. B. *Conflito Igreja-Estado: encontros com a civilização brasileira*. n 4, 1978. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978.

PIERUCCI, A. F. de O. (et alii). *Igreja Católica: 1945 -1970*. In FAUSTO, Boris (dir.) *Hist. Geral a Civ. Brasileira*, tomo III, O Brasil Republicano. 4º vol., São Paulo: Difel, 1984.

PRANDINI, F. (Org.) *As relações Igreja-Estado no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

REGAN, D. *Igreja para a libertação: retrato pastoras da Igreja no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.

RICHARD, P. *Morte das cristandades e nascimento da Igreja*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

SCOTT, M. *Igreja católica e política no Brasil. (1916 - 1985)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

SOUZA, L. A. de. *A JUC: Os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA, R. L. de. *A reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista (1945-1965)*. 2001. Tese (Doutorado em História). Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.